

INTERIORIZAÇÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL E AS “NOVAS MORFOLOGIAS” DO TRABALHO: O CASO DO MUNICÍPIO DE TORITAMA-PE ENTRE 2000 E 2010

André Luiz de Miranda Martins¹

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo entender a reorganização do trabalho na produção de confecções em Pernambuco, enfatizando a sua reorganização espacial desse segmento produtivo, na sub-região agreste deste estado entre 2000 e 2010. Para tanto, tratará de rever o debate teórico sobre precarização, entre as ditas “novas morfologias do trabalho”; e traçar um panorama da indústria de confecções no Nordeste, enfatizando a sua dimensão em Pernambuco e a constituição do arranjo produtivo do agreste. Considerações específicas serão feitas ao trabalho em domicílio nas “facções”, em que predomina a força de trabalho feminina. A partir dessas considerações, propõe-se um debate sobre o trabalho feminino e as “novas morfologias do trabalho”.

Palavras-chave: precarização; trabalho; “novas morfologias do trabalho”; produção; Toritama-PE

Abstract

The following paper aims to understand the reorganization of labor in the garment production in the state of Pernambuco, Northeastern Brazil, and giving emphasis to the spatial reorganization of that productive segment in the countryside (mid-dry, *Agreste* region) from 2000 to 2010. For that purpose, it will first revise the theoretical debate on labor precarization and the “new morphologies of labor”; and then give an overview of the garment industry in Northeastern Brazil, emphasizing the case of Pernambuco and the setting of a productive arrangement in the Agreste region. It also draws particular considerations to home garment production, and the predominance of feminine labor force. Based on those considerations, it proposes a debate on feminine labor and the “new morphologies”.

Keywords: precarization; labor; “new morphologies of labor”; Toritama-PE

¹ Professor Associado, Centro Acadêmico do Agreste (Caruaru-PE) da Universidade Federal de Pernambuco. Contato: hpe_8@yahoo.com.br.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo entender a organização do trabalho na produção de confecções em Pernambuco, enfatizando a reorganização espacial desse segmento produtivo, na sub-região Agreste deste estado, entre as décadas de 2000 e 2010. O principal vetor da reorganização espacial foi a disponibilidade de mão-de-obra local barata, dando azo a uma economia sub-regional fortemente baseada no trabalho informal e precarizado. Foi considerado empiricamente o caso do município de Toritama, integrante do assim chamado “Pólo de Confecções do Agreste”.

Como numa peça de roupa acabada, cujas tramas dificilmente se veem, o que desponta para a análise econômica regional, e para a tecnocracia imbuída dos projetos de ‘desenvolvimento econômico’, é o fenômeno de uma prosperidade econômica súbita em Toritama, a “cidade do dinheiro azul” (uma referência à cor índigo das tinturas usadas para tingir as peças de *jeans*, informalmente considerada a cor da prosperidade local). Ali se logrou uma rápida desruralização da municipalidade, com a reorganização urbana servindo à produção industrial, e a importação de força de trabalho, em sua quase totalidade direcionada à confecção industrial. Nunca se viram tantos ‘empreendedores’ – ainda que o empreendedorismo que se pretende estimular se associe fortemente à subcontratação, ao trabalho em domicílio tipicamente feminino, e, por esta via, à informalidade e à precarização.

Tampouco se percebem a cidade do rio ‘azulado’ pelos dejetos das lavanderias de jeans, ou a mescla de atividades, produtivas e/ou comerciais, realizadas sem a observância de marco legal (sonegação fiscal, tipicamente), a atividades francamente ilegais (roubo puro e simples), que crescem a taxas alarmantes; ou, ainda, a subnotificação de acidentes de trabalho. Têm-se aqui diversas manifestações concretas de informalidade e trabalho precário. Esta última desafia as discussões teóricas abrigadas sob o conceito de trabalho atípico, na medida em que as particularidades histórico-estruturais do agreste pernambucano, onde a produção de confecções é uma atividade industrial de recente instalação, desautorizam a constatação de um estoque prévio de ocupados em empregos industriais neste segmento. Havia, sim, excedentes populacionais; mas é a busca por novos espaços de valorização do capital que cria a sua força de trabalho – neste caso, precarizada de nascença. Ou seja, o conceito de trabalho atípico parece se referenciar em situações histórico-concretas inexistentes nestas plagas.

No presente artigo procuraremos, primeira e brevemente, rever o debate teórico sobre as novas morfologias do trabalho, que não raro são agregadas no conceito de precarização. Em seguida será apresentado o estado de Pernambuco no contexto da indústria nordestina de confecções, dando ênfase ao arranjo produtivo do agreste – cuja organização do trabalho na presente década será considerada empiricamente para o caso do município de Toritama. Considerações específicas serão feitas ao trabalho em domicílio nas “facções”, em que predomina a força de trabalho feminina.

A pesquisa que resultou no presente artigo valeu-se dos procedimentos metodológicos de análise documental e pesquisa bibliográfica. O tema não prescinde dos aportes da economia política e da sociologia do trabalho. Por isso, buscou-se elaborar o presente artigo à base de uma abordagem mais próxima dessas dimensões da ciência social.

1 A PRECARIZAÇÃO ENTRE AS NOVAS MORFOLOGIAS DO TRABALHO

A discussão da organização do trabalho – e das questões sociais que delas emergem, tais como questões de gênero, de desatenção pública às situações de trabalho e à vida coletiva dos trabalhadores, de trabalho infantil – comporta diferentes níveis de realidade. Em um nível mais geral, consideram-se os processos históricos a que correspondem distintas formas de organização da produção, que, em suas transformações, expressam a contínua necessidade de controlar e disciplinar as relações entre trabalho e capital (DRUCK; FRANCO, 2007).

A coexistência dessas diferentes formas de organização da produção implica diferentes graus de exploração da força de trabalho, conforme a implantação de bases técnicas (inovações) que imponham ao trabalhador determinado ritmo de produção, na medida em que este se faz necessário, e conforme a existência de um estoque de força de trabalho excedente e desqualificada, disponível para a produção (interna e externa à fábrica), base para a exploração mais brutal, até mesmo de trabalho infantil.

No nível da realidade histórica concreta, é preciso abordar a especificidades e condições sócio-econômicas e político-institucionais nacionais e/ ou regionais, destacando o papel da intervenção estatal reguladora do mercado de trabalho e do nível de emprego. Especificidades que

demarcam as possibilidades de mudanças e o grau em que elas ocorrerão em outro plano, isto é, no lugar em que se realiza o processo de produção e de trabalho. É o terceiro nível, constituído pelo espaço microsocial – onde os trabalhadores trabalham – e que dá visibilidade às políticas de gestão do trabalho (oriundas de estratégias e escolhas empresariais) e às respectivas condições de trabalho delas decorrentes. Portanto, a organização do trabalho é uma síntese dessas três determinações, que se entrelaçam e dão forma concreta, a partir da qual os estudos empíricos constatarem e descrevem a sua realidade e especificidades históricas, através do exame e análise da vivência dos trabalhadores com o seu trabalho. (DRUCK; FRANCO, 2007, p. 97-98)

Essa demarcação teórica e metodológica favorece o entendimento da tendência corrente à precarização do trabalho – “casualizado” em trabalho temporário, terceirizado, subcontratado por

tarefa, de jornadas móveis, em domicílio, autônomo de todas as atividades, insalubre e degradante da saúde do trabalhador, trabalho morfológicamente novo, enfim.

Nova morfologia que compreende desde o operariado industrial e rural clássicos, em relativo processo de encolhimento [...], até os assalariados de serviços, os novos contingentes de homens e mulheres terceirizados, subcontratados, temporários que se ampliam. *Nova morfologia* que pode presenciar, simultaneamente, a retração do operariado de base industrial-fordista e, por outro lado, a ampliação, segundo a lógica da flexibilidade-toyotizada, das novas modalidades de trabalho. (ANTUNES, 2007a, p. 16)

As formas “atípicas” de trabalho, às quais se associa de forma crescente a precarização, refletem as intenções das empresas de reduzir custos com mão-de-obra. Trata-se da “flexibilidade quantitativa ou externa” da força de trabalho “O objetivo deste tipo de flexibilidade é permitir que a empresa possa ajustar rapidamente suas despesas com mão-de-obra às flutuações de demanda e à intensificação da concorrência” (PAMPLONA, 2001, p. 53).

Essas estratégias empresariais contemporâneas de competitividade, voltadas à redução generalizada da formalidade das relações de emprego, são respaldadas no Estado, e por ele legitimadas, à base de um discurso fortemente economicista e normativo, calcado no “paradigma da flexibilidade positiva” e comprometido com o retorno do trabalho ao espaço privado da empresa. Esse reforço das “liberdades” do capital, ao mesmo tempo em que reestrutura a produção industrial, reconduz à unidade familiar os custos da reprodução da força de trabalho. Como observa o economista Marcio Pochmann, esse discurso encontrou um reforço no baixo dinamismo econômico verificado desde os anos 1980, cuja resultante foi o enfraquecimento na geração de empregos regulares – com o predomínio do neoliberalismo levando “à busca de maior flexibilidade no uso e remuneração da mão-de-obra, identificada como mecanismo necessário à produção de mais empregos. Pouco interessa, portanto, a qualidade das ocupações geradas (POCHMANN, 1999, p. 21)”.

A “atipicidade” do trabalho leva a um entendimento da informalidade que não só é novo como divergente da clássica abordagem OIT/PREALC² e de seus desdobramentos (PAMPLONA, 2001), na medida em que expressa, cada vez mais, a precarização do uso e da remuneração da força de trabalho. Cessa de se referir somente ao excedente de força de trabalho, dado o surgimento de “novos relacionamentos diretos entre a unidade capitalista e as formas de ocupação não-capitalista (trabalho

² Programa regional de emprego para a América Latina e Caribe, da Organização Internacional do Trabalho.

irregular, parcial, em domicílio, novo *putting out*)” (POCHMANN, 2008, p.199), relacionando-se, desse modo, ao conceito de “nova informalidade” (LIMA; SOARES, 2002).

Nessa “nova morfologia do trabalho” (ANTUNES, 2007b), destaquem-se os processos de terceirização e subcontratação com recurso ao trabalho em domicílio, este ‘velho companheiro’ do capitalismo, ora adequado, em seus processos, aos imperativos da produção flexível, que transforma a cooperação, tornando-a possível

sem que, necessariamente, os trabalhadores estejam juntos, e sem a compra direta da força de trabalho, com o que, aliás, se consegue encurtar o excedente do tempo de produção sobre o tempo de trabalho [...] A flexibilidade promove essa forma de cooperação que é determinante hoje, tanto na administração dos processos de trabalho, como na maquinaria, que não se constitui mais num sistema de articulação fechado, adequando-se, é óbvio, ao atual modelo de acumulação, que mantém as atividades nucleares na esfera da mais-valia relativa, enquanto as demais são externalizadas, para serem executadas, na sua maior parte, em regime de mais-valia absoluta. Assim, torna-se possível a execução de um produto cujas partes podem ser resultantes de uma série de jornadas combinadas de trabalhadores, em pequenos grupos ou individualmente, espalhados por diversos lugares (...). É assim que trabalhos aos quais se atribui autonomia consubstanciam o “departamento externo da fábrica” (TAVARES, 2004, p. 76-77).

2 A PRODUÇÃO DE CONFECÇÕES E AS “NOVAS MORFOLOGIAS DO TRABALHO” NO AGRESTE PERNAMBUCANO: O CASO DE TORITAMA-PE

O segmento produtivo de confecções é o terceiro estágio, ou etapa final, da cadeia industrial têxtil e de confecções-CTC, em que se obtém os seus produtos finais com matéria-prima proveniente da indústria têxtil e de fibras. Esse padrão de demanda entre cadeias não assegura, contudo, uma integração automática entre este setor e aquele segmento, e, ademais, a profundidade com que se dá essa integração será reveladora do grau de sua organização como atividade dinâmica – ou seja, como média ou grande empresa, apresentando alta densidade tecnológica, permeabilidade a inovações de gestão da produção e competitividade nacional e internacional.

Malgrado ser uma antiga atividade regional, com forte impacto no comércio atacadista e varejista, e, ainda, relevante influência na cultura local, a produção nordestina de confecções constitui, em linhas gerais, o exemplo mais extremo da pouca integração intersetorial e inter-segmentos da CTC no Brasil. Está presente em quase todos os estados nordestinos, ofertando seus produtos de baixa qualidade em mercados locais – organizados em feiras livres e “camelódromos” –

, geralmente de baixo poder aquisitivo. Os produtores nordestinos têm dificuldades para arcar com volumes de investimentos que suportem um padrão de consumo notadamente sazonal e muito sensível às variações de renda e de preço.

Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, vestuário e acessórios, entre outros produtos finais deste segmento, apresentam um ciclo de vida cada vez mais reduzido, “devido às tendências da moda, e com o uso cada vez maior de fibras sintéticas, mostrando a necessidade de inovação em design e renovação dos produtos” (DIEESE, 2007, p. 7). Fato que justifica a pulverização da produção, centrada na imitação de produtos desenvolvidos no Sudeste e no Sul do Brasil, onde localizam-se as áreas, mais dinâmicas, de *design*, *marketing* e centralização de vendas, “não sendo raro as maiores empresas do setor terceirizar parte ou toda a produção” (DIEESE, 2007, p. 7). No mais das vezes, a realidade nordestina exagera um traço marcante da organização do trabalho na produção brasileira de confecções, identificada por Araújo e Amorim (2001, p. 279): “o alto custo dos novos equipamentos dificulta a superação da defasagem tecnológica e faz com que a indústria de confecção ainda se estruture no binômio máquina de costura/costureira.”

Mesmo com a consolidação recente de umas poucas grandes empresas produtoras, de bens padronizados e exportáveis, é notável para o conjunto da produção nordestina de confecções o recurso às relações informais de emprego como estratégia competitiva. “Como o custo de mão-de-obra é fator de extrema importância para o setor, há adoção generalizada de medidas de redução do trabalho formal, como a terceirização” (DINIZ; BASQUES, 2004, p. 47). Esse expediente é, ademais, facilitado pelos excedentes de força de trabalho desqualificada na região, pois, conforme a divisão regional do trabalho na produção de confecções, a contribuição nordestina é dada naqueles estágios em predomina o trabalho *taylorizado*. Alguns desses estágios se dão nas seções externas da fábrica, nas quais predomina a força de trabalho feminina. Essa externalização é facilitada

pelo fato de constituírem partes do processo produtivo intensivo em mão-de-obra, nos quais o maquinário é mais simples e facilmente transportável e a subcontratação pode se realizar sem problemas técnicos... [e] também do fato de que as empresas podem se beneficiar dos salários mais baixos que são pagos às trabalhadoras nas pequenas e micro empresas e no trabalho a domicílio. (ARAÚJO; AMORIM, op. cit., p. 275-76)

No contexto nordestino, Pernambuco se destaca pela pulverização acentuada de unidades produtoras de confecções. Com efeito, segundo o Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS-MTE), este era, em 2005, o estado do Nordeste com o maior número de municípios em que havia pelo menos uma empresa formal produtora de confecções (detectadas 98 empresas em 185 municípios, sendo encontrada pelos menos uma empresa formal em 52,97% deles). Apesar da

característica informalidade deste segmento, é possível, a partir do quantitativo de empresas mencionado acima, contar com uma aproximação razoável para o caráter pulverizado da produção pernambucana de confecções, bem como para a geração de oportunidades ocupacionais, formais e, principalmente, informais que proporciona.

Dados da mesma fonte apontam para a seguinte distribuição, por tamanho, de empresas formais no segmento produtivo de confecções em Pernambuco, em 2004: de um total de 2.791 empresas, 60,5% delas eram “sem vínculo ativo”, 39,3% micro e pequenas empresas, e 0,3% constituíam empresas médias. O aumento do peso do setor na economia estadual desde este registro aponta para a continuidade dessas proporções (possivelmente com um modesto aumento do número de médias empresas). Assim, enquadrar-se na denominação de empresa “sem vínculo ativo” significa existir formalmente, mas não ter nenhum empregado com registro em carteira (isto é, com contrato formalizado de trabalho). Isto, na prática, significa beneficiar-se das possibilidades legais de contribuir menos ao fisco (imposto de renda), bem como contribuir para a precarização do trabalho, recrutar mão-de-obra informalmente, ou terceirizar atividades, conforme os ditames da sazonalidade da demanda e da produção.

A informalidade, no contexto da indústria pernambucana de confecções, retrata-se na produção faccionada. O termo “facção” designa a produção doméstica em pequenas unidades, envolvendo diversos membros de uma mesma família, organizada como negócio próprio e subcontratada sazonal ou permanentemente para o trabalho em etapas específicas da produção. Dadas as mudanças na indústria da moda e as constantes variações de demanda, prepondera o crescimento da produção pelo trabalho das costureiras industriais em domicílio, e não através da expansão sistemática da equipe interna da fábrica.

Pela perspectiva do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas-SEBRAE, boa parte da produção do “Arranjo Produtivo Local”-APL de Caruaru-Sta. Cruz do Capibaribe-Toritama destina-se ao consumo das classes C, D e E. Uma pequena parte – aquela que resulta em produtos menos oriundos da produção imitativa – atinge a classe de consumo B. Enquanto os artigos destinados às classe de consumo C e D são comercializados em lojas, aqueles voltados à classe E são comercializados em feiras e, eventualmente, em camelódromos, para revenda (ou seja: os compradores desses artigos são, em geral, os conhecidos “sacoleiros”). O perfil de consumo dessas três classes é muito sensível às variações de renda, implicando sazonalidades. Os períodos de pico são registrados nas festas regionais (Páscoa, festas juninas) e nos meses de novembro e dezembro. Uma particularidade local da produção imitativa é seguir as tendências da “modinha” – “termo utilizado para as peças fabricadas com rapidez (idealmente concebidas e produzidas de uma semana para a outra) com base nos figurinos utilizados nas novelas ou nos programas de TV [sic] de maior sucesso” (NORONHA; TURCHI, 2007, p. 265).

A flexibilidade necessária à produção de confecções requer um estoque de força de trabalho igualmente flexível. Apesar da geração de oportunidades ocupacionais, inexistindo o assalariamento e sendo a padronização mínima, a organização e as condições de trabalho na costura industrial domiciliar resultam em práticas informais e insalubres (é flagrante a subnotificação de acidentes de trabalho em todos os municípios integrantes do “Pólo”).

3 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DA PRODUÇÃO DE CONFECÇÕES EM TORITAMA-PE

No município de Toritama pode-se observar com nitidez uma “cidade-fábrica” operando na quase completa informalidade. Com a crise da produção artesanal de calçados, as pequenas unidades produtivas passaram, desde o início dos anos 1990, por uma reconversão de suas máquinas para a costura de confecções baratas, predominantemente de *jeans*. Envolve quase toda a população nas atividades de confecção: produtores, “operários” e auxiliares de lavanderias, feirantes, balconistas, ambulantes, carroceiros, com os maiores estoques de emprego formal restringindo-se a parte do trabalho em costura industrial, no comércio varejista de maior porte e na administração pública.

O caso de Toritama é, com efeito, o caso de uma verdadeira “fábrica aberta”, que recorre a seções externas às plantas fabris. Merece destaque o fato de este município configurar, hoje, a menor área rural de Pernambuco (densidade demográfica de 966,6 hab./Km² e taxa de urbanização de 96,3% em 2007, contra 704,82 hab./Km² e 92,3% em 2000, segundo o IBGE).

O município de Toritama tem uma área de 34,8 km² e população de 35.554 habitantes, segundo dados censitários (IBGE, 2010). Situado no Agreste Setentrional de Pernambuco (micro-região do Alto Capibaribe), dista 167 km do Recife e 36km de Caruaru. Ambas as cidades, juntamente com o município de Santa Cruz do Capibaribe, integram o referido “Pólo”. Segundo dados do Sindicato da Indústria de Vestuários de Pernambuco, atualmente o pólo de confecções do agreste pernambucano é constituído por oito municípios, sendo estes os de Agrestina, Caruaru, Cupira, Riacho das Almas, Santa Cruz do Capibaribe, Surubim, Taquaritinga do Norte e Toritama, todos compreendidos nas sub-regiões agrestinas central e setentrional de Pernambuco, e com população em torno de 600 mil habitantes. Os municípios de Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama concentram a grande parte da indústria de confecção do arranjo produtivo.

Em 2002, 92% da população de Toritama trabalhava em atividades direta ou indiretamente relacionadas à indústria de confecções, tendo sido registradas, nesse mesmo ano, 2.196 empresas de confecção, das quais 54% funcionavam como empresas. Das facções então existentes, 63% dessas eram contratadas apenas para a tarefa de costura de peças (Fade-UFPE, 2003). Em 2012, para um total de unidades produtivas (empresas e empreendimentos complementares, ou facções) estimado

em 2.818, (variação 2002/2012 de 28,3%), a participação relativa das empresas no total de unidades produtivas cai para 36% (SEBRAE, 2013)³. Quanto à verdadeira inversão de proporções empresa/facção nas unidades produtivas verificada em Toritama ao longo da década de 2000, lê-se nessa mesma fonte que

[a] cidade, como se sabe, especializou-se na produção de jeans, segmento no qual o investimento mínimo inicial para a formação de uma empresa é maior que no caso das demais confecções. Há, portanto, uma tendência de que o crescimento da oferta de jeans se concretize mais pelo aumento de produção das empresas já existentes – suplementadas por novas facções – do que pela entrada em operação de novas empresas. Ou seja, diante do custo de uma máquina adicional, o empresário pode preferir sobreutilizar a que já possui, mesmo ao custo de um desgaste mais rápido ou de alguma perda de eficiência. Mas outro conjunto de fatores também opera, reforçando esse. Em Toritama, de acordo com a opinião ouvida de empresários, ‘não existem pessoas desempregadas’ e essa situação vem se verificando há bastante tempo. Assim, quando as empresas, desejando aumentar a produção, precisam contratar mais gente, elas têm três opções: aumentar o salário que oferecem, no intuito de deslocar trabalhadores de outras empresas; esperar que a imigração de pessoas vindas de outros municípios incremente a força de trabalho local, mesmo sem aumento de salários, ou contratar os serviços de pessoas residentes nas áreas rurais dos municípios vizinhos [...] as quais, individualmente ou em grupo, formarão facções [...] para atender às demandas da empresa maior, localizada na sede do município” (SEBRAE, 2013, p. 37-38).

A elevada taxa de urbanização diz algo sobre a pouca importância conferida pela população ao trabalho formal. Provenientes, em sua maioria, da zona rural, os trabalhadores ocupados na produção local de confecções nunca estiveram vinculados ao setor formal e, nem tem a expectativa de integrá-lo, mesmo com o crescimento da produção local (LIMA; SOARES, 2002).

Desde os anos 1990, tem-se mantido a altas taxas os movimentos migratórios para a região. O impacto dessa importação de força de trabalho migrante foi tal que reduziu, ao longo dos anos 1990, a renda média relativa de todos os indivíduos envolvidos no Pólo. Esta redução se verificou tanto em Toritama quanto no município de Santa Cruz do Capibaribe. Em ambos os municípios os imigrantes, em sua maioria, eram pessoas descapitalizadas que perceberam no Pólo uma oportunidade de se tornarem microempresários, sendo que muitas chegaram a concretizar tal essa intenção.

³ Importa registrar que SEBRAE (2013) consiste, em boa medida, em uma revisão/ atualização da descrição quantitativa apresentada em Fade-UFPE (2003).

Tipicamente, esses novos habitantes e recém-estabelecidos donos de micronegócios, eram mais pobres do que os empresários já instalados há mais tempo. Em outras palavras, a nova população que entrou no município foi ocupando posições de renda domiciliar abaixo da média preexistente, com o que, naturalmente, a renda média do conjunto da população (incluindo a nova e a antiga), caiu. Paradoxalmente, isso aconteceu ao mesmo tempo em que crescia a renda média relativa de *todas* (ou, pelo menos, da imensa maioria) as pessoas envolvidas no Pólo. (FADE-UFPE, 2003, p. 15)

Nada, no entanto, diminui a importância desse movimento migratório para o crescimento do emprego e do produto na área do Pólo. Entre 2000 e 2010 foi basicamente esse movimento o determinante do incremento populacional nos municípios dessa área, em particular os de Santa Cruz do Capibaribe, de 48%, e Toritama, de 63%, contra 11% para o estado de Pernambuco. Já o produto interno bruto-PIB de Toritama, entre 2000 e 2009 apresentou crescimento superior a 100%, e o de Santa Cruz experimentou, para o mesmo período, um crescimento de 64%, contra um índice estadual de 44% (SEBRAE, 2013, p. 19-20).

Considerando que, em Santa Cruz e Toritama (mais do que em Caruaru), a economia é amplamente dominada pelo setor de confecções – que inclui o comércio e influencia diretamente atividades correlatas, como a assistência técnica, hospedagem, alimentação e outros serviços –, podemos atribuir o crescimento tanto demográfico quanto do PIB destas duas cidades à expansão da produção de peças de vestuário. Em parte, isso também vale para Caruaru, onde, estimativamente, a indústria de confecções ocupava, em 2010, 9% da população em idade ativa, uma proporção muito elevada. Em Pernambuco, por exemplo, a indústria não chega a empregar (formalmente, é verdade) 4% dessa mesma população. (SEBRAE, 2013, p. 19-20)

Claro que os fluxos migratórios perderam intensidade nos últimos anos: por exemplo, a partir de dados do IBGE, averiguamos que a o crescimento populacional de Toritama entre 2007 e 2010 foi de aproximadamente 12%. Mas essa perda de intensidade se dá em um contexto de crescimento populacional elevado de pelo menos duas décadas, visto que a variação da população deste município entre 1991 e 2000 foi de 46,2% - portanto, igualmente alta e em muito superior à média pernambucana.

3 “NOVAS MORFOLOGIAS” E A QUESTÃO DO TRABALHO FEMININO EM TORITAMA-PE: ELEMENTOS PARA UM DEBATE

A predominância da mulher na produção faccionada em Toritama, por sua vez, retrata a divisão sexual do trabalho ali vigente, quando da definição dos postos de trabalho: trabalhando em casa a mulher poderá “conciliar” suas tarefas domésticas (limpeza da casa, preparo de refeições, socialização dos filhos) com o trabalho subcontratado. Como observam Araújo e Amorim (2001, p. 276), “as habilidades necessárias à execução das tarefas externalizadas são, em geral, adquiridas pelas mulheres através do processo de socialização e formação de gênero no espaço doméstico”.

Na medida em que os contratos com as faccionistas são meramente verbais, delineiam-se relações de trabalho que forçam a busca, por parte da própria trabalhadora, por aumentos de sua produtividade, principalmente nas primeiras encomendas, para conquistar a confiança do empregador, umas das bases do sistema de produção por encomenda. Um empreendimento familiar ou individual aparente, característico da subcontratação na produção de confecções.

Comumente, o local onde funcionam as facções está dentro da área da residência da família de uma das faccionistas, podendo ser uma garagem, uma edícula, quintal coberto ou mesmo uma parte da sala de estar, reservada para a produção. O ambiente de trabalho é dos piores possíveis, sem iluminação, sem ventilação adequada (e não raras vezes apresentando temperatura interna superior à externa) e um nível de ruído que justificaria fortemente o uso de protetores auriculares. As faccionistas trabalham geralmente descalças, sem padronização e mesmo sem espaço para colocar as peças encomendadas que estão em montagem, em jornadas semanais que vão de 50 a 60 horas.

Apontando as tendências latino-americanas, Oliveira e Ariza (1997) observam que, com efeito, a mulher exerce muito mais frequentemente que os homens sua atividade por conta própria em forma unipessoal,

principalmente em atividades de subsistência [...] ou que redundam em menos de dois salários-mínimos mensais, e ocupam posições extremas no que se refere ao número de horas trabalhadas (menos de 15 ou mais de 48 horas semanais). Estes resultados mostram que as mulheres conta-próprias não só estão segregadas em atividades mais precárias, como, no interior dessas atividades, elas se localizam em pior posição relativamente aos homens. (OLIVEIRA; ARIZA, 1997, p. 190)

Ante a reestruturação produtiva, o emprego industrial feminino está igualmente segregado. Aqui se tratam de atividades intensivas em trabalho e de baixa qualificação. Como uma evidência de quão sexuada pode ser a atividade industrial, Razavi e Vivian (2002, p. 21) destacam, à base de diversos estudos *cross-country* conduzidos em zonas de processamento de exportações, a proporção

de trabalhadoras empregadas tende a cair à medida que a pauta de exportação se diversifica para “para além daqueles relativamente menos intensivos em trabalho e de baixo conteúdo tecnológico (tais como vestuário e calçados).”

Mesmo com crescente participação relativa da mulher no mercado de trabalho nordestino (e brasileiro, ademais), permanece a assimetria das relações sociais entre os sexos, na esfera da produção – que define certa estrutura ocupacional – e na esfera das relações familiares, que abarca a divisão do trabalho doméstico. Essas condições diferenciadas, segundo o gênero – categoria analítica relacional (BRUSCHINI, 1995), na medida em que operam, no universo do mundo produtivo e reprodutivo, construções sociais sexuadas, pelas quais “os homens e as mulheres que trabalham são, desde a família e a escola, diferentemente qualificados e capacitados para o ingresso no mercado de trabalho” (ANTUNES, 1999, p. 109) –, de trabalho para a família e para o capital são atravessadas pela tendência à flexibilização, sob a égide de um projeto político neoliberal.

Talvez não seja, com efeito, uma novidade que a precariedade das relações e condições de trabalho tenha sempre estado mais associada à força de trabalho feminina – “uma vez que, mesmo quando a insegurança, a instabilidade e o desemprego atingem toda a população de trabalhadores, o trabalho masculino tende a estabilizar-se, enquanto que o feminino tende a manter-se incerto e irregular” (BRITO, 2000, p. 200). Contudo, a reestruturação da produção capitalista em nível mundial, as estratégias empresariais de ganhos de competitividade passaram a se basear mais fortemente na exploração de trabalho barato, mobilizável no enorme excedente de força de trabalho surgido ao longo desses anos e expresso em altos índices de desemprego aberto.

No contexto da reestruturação produtiva, no nível das empresas se delineiam tendências tanto de aumento crescente do trabalho feminino – com a incorporação de mulheres em tarefas antes ‘masculinas’ – quanto de uma maior vulnerabilidade das trabalhadoras frente à precarização do trabalho que se reflete nas modalidades de emprego baseadas em contratos temporários ou em outros regimes atípicos (BRITO, 2000). Nesses novos modelos produtivos e de trabalho, em que a flexibilidade é a estratégia preferencial das empresas contratantes, configura-se, por sua vez, uma flexibilidade cada vez mais sexuada.

Não surpreende, portanto, que teóricas feministas e estudiosas do gênero considerem a flexibilização “como o tema mais revelador das questões de gênero do mundo do trabalho contemporâneo” (DUQUE-ARRAZOLA, 2008, p. 233). Com a regressão das tendências de geração de empregos formais típica ou preponderantemente masculinos, e, por conseguinte, com os homens passando a disputar, com mais frequência, vagas entre os empregos precários, talvez seja mais adequado falar em trabalhos “ainda mais precários”, disponíveis para grande parcela da força de trabalho feminina (exclusive o trabalho resultante de ocupações para autoconsumo).

O reforço das “liberdades” do capital, ao mesmo tempo em que reestrutura a produção industrial e precariza o trabalho, reconduz à unidade familiar os custos da reprodução da força de trabalho. A elevada taxa de urbanização, ali em Toritama, não foi acompanhada de um incremento na provisão de equipamentos públicos e serviços coletivos tais como saúde e assistência. Em SEBRAE (2013) constam os resultados de levantamento sobre o entorno dos domicílios particulares permanentes em áreas urbanas, conduzido em todos os municípios integrantes do “Pólo”. Para Toritama, as proporções de respostas negativas, ou positivas, a depender do item questionado (ou seja, pela inexistência de determinados itens do entorno de domicílios familiares) foram as seguintes: “Existe identificação do logradouro? NÃO, 70,8%; Existe iluminação pública? NÃO, 13,2%; Existe pavimentação do logradouro? NÃO, 35,7%; Existe calçada? NÃO, 59,8%; Existe arborização? NÃO, 31,5% Esgoto a céu aberto? SIM, 8,2%; Lixo acumulado nos logradouros? SIM, 4,3%” (SEBRAE, 2013, p. 24).

Este déficit é aliviado pela busca desses serviços em outras localidades – caso da saúde, parcialmente sanado pela oferta de serviços de saúde pública em Caruaru, ou, ainda, pelo recurso a financiamento privado. Isto tem significado, para parte da população local, esterilizar a parcela da renda familiar advinda de transferências do governo federal (benefícios de prestação continuada, bolsas de programas assistenciais diversos) de que muitos dos trabalhadores informais do município são beneficiários.

Este crescimento da clientela de programas assistenciais, verificado dentro do contingente de ocupados na produção de confecções, evidencia tanto um esforço por diversificar as fontes de renda familiar quanto uma busca por uma “renda garantida”. Isto é, uma sorte de seguro social que amortize os impactos financeiros das sazonalidade típica da produção de confecções. Necessidade que se coloca com mais força atualmente, frente à “pós-crise”, que teve como efeito imediato a redução da liquidez dos compradores regionais, uma das principais fontes de renda do “Pólo” – reduzindo, por conseguinte, as encomendas, a produção e a ocupação. É de se estimar que, ante a pós-crise, uma das vias da manutenção dos níveis de emprego seja a do crescimento das ocupações informais, engendrada por um expediente comum na região: a demissão de trabalhadores formais seguida de sua readmissão “informalizada”.

Outra via de manutenção dos níveis de emprego seria a do aumento do emprego no setor público, tipicamente pela contratação de extranumerários. Em Toritama, por exemplo, pudemos constatar, com base em dados da Ag. CONDEPE-FIDEM, que o emprego formal na administração pública praticamente quintuplicou entre 1998 e 2000, com o que no interregno considerado – que reflete os efeitos da “invasão” de produtos chineses verificada a partir de 1995 e a crise cambial de 1998-99 – este setor de atividade se converteu no maior empregador formal do município. Do ano de 2000 em diante, passa para o segundo lugar, sendo superado pelo emprego formal na indústria de

transformação (que desde esse ano vem apresentando crescimento contínuo), e para o terceiro lugar na geração de empregos formais em 2003, ante o crescimento do setor de serviços.

Em linhas gerais, mostra-se difícil enquadrar conceitos tais como “trabalho atípico” para realidades de economias sub-regionais periféricas dentro de economias regionais igualmente periféricas. Neste transplante, algo se perde, ou circunstâncias históricas distintas aparecem. Isto porque essas concepções não deixam de fazer referência a situações pretéritas nas quais o mercado de trabalho asseguraria oportunidades de ocupação “boas”, contrapostas às “ruins” de hoje⁴. O que seriam, no entanto, ocupações “boas”, no contexto do Semiárido nordestino, para as “hostes errantes”?⁵ As de Toritama certamente optarão pelos empregos disponíveis no “Pólo” de confecções.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a pesquisa documental que subsidiou a redação deste artigo, constatou-se que uma das dificuldades ainda presentes nos estudos de estrutura econômica e/ou ocupacional no Brasil reside na escassez de dados ao nível municipal de desagregação. Soma-se, a isso, evidentemente, a situação, constatável apenas *in loco*, da informalidade predominante tornar “invisível” parte da produção – e igualmente invisíveis os sujeitos dessa produção.

Nesse sentido, uma pergunta que se mostrou inevitável foi: **empreendedoras ou trabalhadoras autônomas?** O empreendedorismo que se pretende estimular – no caso da mulher trabalhadora, combinado a um discurso um tanto vago de “empoderamento” – se associa à informalidade e à precarização, características dos micro e pequenos negócios vinculados às empresas contratantes, de maior porte, processo acelerado a partir dos anos 1990 pela desregulamentação neoliberal – que incluiu a regressão das formas de regulação do mercado de trabalho.

A crescente inserção da mulher na força de trabalho no Brasil dos anos de 1990 e 2000 é indicativa de mudanças na configuração do mercado de trabalho – muito embora, sob o ponto de vista dos salários, as mulheres permanecem em uma condição inferior. Trata-se, na verdade, de uma tendência mundial de expansão do trabalho feminizado, que, contudo, não é acompanhada por um crescimento dos níveis de remuneração e de proteção social equiparável ao masculino. A realidade brasileira é de um salário médio das mulheres correspondente a 60% do salário dos trabalhadores.

⁴ Desde um registro teórico diferente, autores como Michael Piore apontam na mesma direção. Referindo-se ao mercado de trabalho dos EUA, nota que, desde meados dos anos 1980, ali tem operado substanciais mudanças estruturais: “Um grande número de pessoas foram deslocadas, permanentemente, de seus empregos estáveis e seguros, e forçadas ao desemprego ou a posições menos atrativas no mercado de trabalho, em empregos inconsistentes com seu status social ou padrão de vida costumeiros” (PIORE, 1998, p. 257). Também na mesma linha parecem caminhar as concepções desdobradas dos estudos clássicos da OIT/PREALC, ainda muito centradas na ideia de “falta de dinamismo”, quando relacionada à informalidade. Sobre este assunto, ver Pamplona (op. cit.).

⁵ Oliveira (1984).

No caso nordestino, interiorizar a produção industrial tem significado, também, a busca por repositórios de força de trabalho abundante. Tal é a situação, por exemplo, do município pernambucano de Toritama. Ali grassam a “nova informalidade” e a “flexibilidade sexuada”. Nada, ressalte-se, que afaste a estrutura social desta localidade das tendências do trabalho na contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. Dez teses sobre o trabalho do presente e uma hipótese sobre o futuro do trabalho.

31º Encontro Anual da ANPOCS, 22-26 de outubro de 2007, Caxambu, MG, 2007a.

_____. Dimensões da precarização estrutural do trabalho. In: DRUCK, G.; FRANCO, T. (orgs.). **A perda da razão social do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2007b, p. 13-22.

_____. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

ARAÚJO, A. M. C.; AMORIM, E. R. A. Redes de subcontratação e trabalho a domicílio na indústria de confecção: um estudo da região de Campinas. **Cadernos Pagu**, Campinas, 17/18, p. 267-310, 2001.

BRITO, J. C. Enfoque de gênero e relação saúde/ trabalho no contexto de reestruturação produtiva e precarização do trabalho. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 16 (1), p. 195-204, jan.-mar. 2000.

BRUSCHINI, C. Desigualdades de gênero mercado de trabalho brasileiro: o trabalho da mulher nos anos 90. In: FERNANDES, R. (org.). **O trabalho no Brasil no limiar do século XX**. São Paulo: LTr, 1995.

DINIZ, C. C; BASQUES, M. F. D. **A industrialização nordestina recente e suas perspectivas**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2004.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIOECONÔMICOS. **Estudo de caso III** – setor de confecção no Nordeste. DIEESE/ CEAS Urbano PE, nov. 2006.

DRUCK, G; FRANCO, T. **A perda da razão social do trabalho**: terceirização e precarização. São Paulo, Boitempo, 2007.

DUQUE-ARRAZOLA, L S. O sujeito feminino nas políticas de assistência social. In: MOTA, Ana Elizabete (org.). **O mito da assistência social**: ensaios sobre Estado, política e sociedade. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2008.

FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA UFPE. **Estudos de caracterização econômica do Pólo de Confeccões do Agreste de Pernambuco**. Recife: Fade-UFPE, 2003.

LIMA, J. C.; SOARES, M. J. B. Trabalho flexível e o novo informal. **Caderno CRH**, Salvador, n. 37, p. 163-180, jul./dez. 2002.

NORONHA, E. G.; TURCHI, L. O pulo do gato da pequena indústria precária. **Tempo Social**, v. 19, n.1, p. 249-280, jun. 2007.

OLIVEIRA, F. Nordeste: as hostes errantes. In: SUDENE. **Dinâmica da economia e absorção de mão-de-obra** (Anais do Seminário – Sudene/ CNPq). Recife: Fundação Joaquim Nabuco/ Massangana, 1984, p. 45-49.

OLIVEIRA, O; ARIZA, M. División sexual del trabajo y exclusión social. **Revista latino-americana de Estudos do Trabalho**, ano 3, n°5, 1997, PP. 182-202.

PAMPLONA, J. B. **Erguendo-se pelos próprios cabelos**: auto-emprego e reestruturação produtiva no Brasil. São Paulo: Germinar, 2001.

PIORE, M. Trade and the social structure of economic activity. In: COLLINS. M. (ed.). **Imports, exports, and the American worker**. Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 1998, p. 257-286.

POCHMANN, M. **O emprego no desenvolvimento da nação**. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. **O trabalho sob fogo cruzado**: exclusão, desemprego e precarização no final do século. São Paulo: Contexto, 1999.

RAZAVI, S.; VIVIAN, J. Introduction. In: MILLER, C.; VIVIAN, J. (eds.). **Women's employment in the textile manufacturing sectors of Bangladesh and Morocco**. Geneva: UNRISD, 2002, p. 1-34.

SEBRAE. **Estudo econômico do arranjo produtivo local de confecções do agreste pernambucano**, 2012. Relatório Final. Recife, maio/ 2103.

TAVARES, M. A. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista**: informalidade e precarização do trabalho. São Paulo: Cortez, 2004.